**SIMULADO DO EXAME DE ORDEM**

28º SIMULADO OAB 2015.1

10 DE ABRIL DE 2015

INSTRUÇÕES PARA REALIZAÇÃO DO SIMULADO

Estimados alunos,

1. O simulado terá início às 9h20 e encerramento às 12h20. O aluno deve assinar a lista de presença que o professor/fiscal indicar.
2. Somente será admitida a entrada de alunos para realização da prova até ás 9h20. Após este horário, é vedada a entrada do aluno na sala de prova.
3. O aluno somente poderá entregar o cartão-resposta a partir das 9:50hs. Os três últimos alunos que estiverem na sala de aula deverão entregar seus cartões-resposta simultaneamente.
4. O aluno não poderá ter consigo nenhum material, salvo lápis, caneta, borracha e apontador. Todas as bolsas e demais pertences serão colocados na frente da sala, próximo ao professor/fiscal.
5. É vedada a utilização de qualquer material de consulta, bem como de qualquer tipo de aparelho receptor, transmissor, gravador ou tocador de mensagens, dados ou voz. A utilização implicará na atribuição de grau zero à prova do aluno.
6. Atenção ao preencher o cartão-resposta. O preenchimento deverá ser feito **obrigatoriamente com caneta azul ou preta**. Campos preenchidos com lápis, ou marcados com corretor ortográfico não serão considerados válidos. **Campos com dupla marcação, rasurados ou em branco anulam a questão.**
7. **O cartão-resposta é individualizado e não poderá ser substituído**. **Em caso de erro no preenchimento, o aluno não receberá outro cartão resposta.**
8. O caderno de provas poderá ser levado pelo aluno. Somente o cartão resposta deverá ser entregue ao professor/fiscal.
9. Apenas um aluno por vez poderá ir ao banheiro durante a realização do simulado. Se mais de um aluno quiser ir ao banheiro, só será permitida a saída do aluno da sala após retorno do outro. O professor/fiscal fará o controle de entrada e saída dos alunos da sala do simulado.
10. O professor/fiscal não poderá tirar qualquer dúvida relativa às questões de prova do simulado.
11. O gabarito do simulado será disponibilizado no Mural do NPJ no corredor do 9º andar, além de ser enviado por e-mail, a partir das 13hs, do dia do Simulado.
12. Impugnações e recursos deverão ser realizados por escrito e encaminhados aos e-mails: [bruno.alves@fgv.br](mailto:bruno.alves@fgv.br), com cópia para [andre.mendes@fgv.br](mailto:andre.mendes@fgv.br). O prazo para a interposição dos recursos iniciar-se-á às 13hs do dia 10/abr e extinguir-se-á às 13hs do dia 13/abr. O resultado das impugnações e dos recursos será divulgado no dia 15/abr.
13. O resultado oficial será disponibilizado no Mural do NPJ, no corredor do 9º andar, bem como enviado por e-mail até às 18hs do dia 15/abr.
14. **ATENÇÃO**: **No período destinado a realização da prova está incluso o tempo para o preenchimento do cartão resposta.**
15. **BOA PROVA**!

**Cronograma**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DIA** | **HORA** | **EVENTO** |
| 10/abr | 9h20 - 12h20 | Simulado |
| 10/abr | A partir de 13h | Divulgação do gabarito |
| 13/abr | Até às 13h | Prazo para Impugnação/ Recurso |
| 15/abr | Até às 13h | Resultado da Impugnação/Recurso |
| 15/abr | Até às 18h | Resultado Final Oficial |

**Administrativo**

**1. Sobre os princípios orientadores da administração pública é correto afirmar:**

(A) Classicamente, entende-se que a administração pública pode criar obrigações não previstas ou autorizadas em lei;

(B) O princípio da eficiência é intrínseco à atuação administrativa, não havendo disposição constitucional que o preveja;

(C) A conduta administrativa fundada em motivação estranha ao interesse publico caracteriza desvio de finalidade;

(D) A publicidade propicia o controle da administração publica pelos administrados.

**2. A observância do principio da impessoalidade é obrigatória nos seguintes procedimentos, exceto:**

(A) Nomeação para cargo em comissão;

(B) Licitação;

(C) Precatório;

(D) Leilão.

**3. Integram a Administração Indireta:**

(A) Secretarias de Estado;

(B) Sociedades de Economia Mista;

(C) Tribunal de Justiça;

(D) Ministério da Fazenda.

**4. No processo administrativo, a administração pública tem o poder-dever de produzir provas com o fim de atingir a verdade dos fatos, não devendo ficar restrita ao que as partes demonstrarem no procedimento. Esse pressuposto refere-se ao princípio:**

(A) da oficialidade;

(B) da lealdade e boa-fé;

(C) do informalismo;

(D) da verdade material.

**5. É correto afirmar que são exemplos de instituições do terceiro setor:**

(A) empresas doadoras, pessoas físicas e sociedades de economia mista;

(B) entidades beneficentes, autarquias especiais e organizações não governamentais;

(C) entidades beneficentes e organizações não governamentais;

(D) organizações não governamentais e empresas públicas.

**6. Sobre o procedimento para desapropriação de bens particulares é incorreto afirmar:**

(A) Ao expropriado é devida justa indenização pelo bem;

(B) A imissão na posse só ocorre após o pagamento do valor acordado, salvo urgência comprovada e mediante o depósito em juízo do valor da indenização;

(C) O único tipo de desapropriação admitido no ordenamento brasileiro é por interesse social;

(D) União, Estado e Munícipios podem editar decretos expropriatórios.

**7. Os Municípios A, B e C formaram consórcio público para gestão conjunta da rede de tratamento de água e esgoto das respectivas municipalidades. Findo o exercício de 2013, o Tribunal de Contas do Estado onde se localizam os municípios que compõem o consórcio, em sede de inspeção ordinária, constata diversas irregularidades nos contratos celebrados e determina o cumprimento de diligência pelo Consórcio. Marque a assertiva correta:**

(A) O consórcio público não está submetido ao controle do Tribunal de Contas;

(B) Os contratos celebrados pelo consórcio publico não se submetem à regras aplicáveis ás entidades públicas;

(C) O controle dos atos do consórcio público é exercido exclusivamente pelo Tribunal de Contas;

(D) Os agentes públicos incumbidos da gestão de consórcio público responderão pelos atos praticados em desconformidade com a lei.

**8. As entidades abaixo não são passíveis de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, exceto:**

(A) As organizações sociais;

(B) As cooperativas;

(C) As pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, destinadas à promoção do voluntariado;

(D) As instituições religiosas ou voltadas para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais.

**9. A Lei federal nº 12527/2011 ao disciplinar o acesso às informações pessoais dispõe sobre o tratamento que deve ser conferido àquelas relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem. Sobre o tema, assinale a alternativa incorreta.**

(A) Essas informações terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo.

(B) O prazo máximo de sigilo dessas informações é de 100 anos.

(C) Poderão ser divulgadas com o consentimento da pessoa a que se referir.

(D) O prazo máximo, inicial, de sigilo dessas informações é de 10 anos.

**10. É possível a celebração de contrato de parceria público-privada:**

(A) Para a disponibilização de médicos para a rede de saúde pública, exclusivamente;

(B) Com valor inferior a R$ 10 milhões de reais, desde que seja contratada por Município;

(C) Pelo prazo de 20 anos e valor superior a R$ 50 milhões;

(D) Para realização de obras e prestação do serviço de manutenção de rodovias por 3 anos.

**Constitucional**

**11. No que concerne a interpretação das normas constitucionais, assinale a alternativa incorreta:**

(A) O princípio da máxima efetividade, invocado no âmbito dos direitos fundamentais, determina que lhes seja atribuído o sentido que confira a maior efetividade possível, com vistas à realização concreta de sua função social.

(B) O princípio da razoabilidade pode ser definido, de modo exemplificativo, como manifestações jurídicas do senso comum ou da natureza das coisas reguladas.

(C) A interpretação conforme a Constituição é uma técnica aplicável quando, entre interpretações plausíveis e alternativas de certo enunciado normativo, exista alguma que permita compatibilizá-la com a Constituição.

(D) A aplicação do princípio da proporcionalidade esgota-se em duas etapas: a primeira, denominada "necessidade ou exigibilidade", que impõe a verificação da inexistência do meio menos gravoso para atingir os fins visados pela norma jurídica, e a segunda, chamada "proporcionalidade em sentido estrito", que é a ponderação entre o ônus imposto e o benefício trazido, para constatar se é justificável a interferência na esfera dos direitos dos cidadãos.

**12. As decisões proferidas em sede de ADI (ação direta de inconstitucionalidade) podem ser objeto de:**

(A) Embargos de divergência.

(B) Embargos infringentes.

(C) Embargos de declaração.

(D) Ação rescisória.

**13. A respeito da sistemática das súmulas vinculantes esposada na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta:**

(A) Conforme Lei nº 11.417/06, da decisão judicial ou do ato administrativo que contrariar enunciado de súmula vinculante, negar-lhe vigência ou aplicá-lo indevidamente caberá recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal, sem prejuízo dos recursos ou outros meios admissíveis de impugnação.

(B) Em decorrência do princípio da separação dos poderes, súmulas vinculantes editadas pelo Supremo Tribunal Federal têm sua eficácia restrita a atos e decisões na esfera do Poder Judiciário.

(C) A súmula vinculante deve ser aprovada por dois terços dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, mas seu efeito vinculante, que se opera em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública, só se fará presente a partir de sua publicação na imprensa oficial.

(D) Uma vez editada a súmula vinculante, a sua revisão pode ser requerida por qualquer interessado.

**14. Assinale a alternativa correta acerca dos Partidos Políticos:**

(A) Os partidos políticos adquirem personalidade jurídica após registrar seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral.

(B) Pela disciplina constitucional do Brasil, os partidos políticos somente podem receber recursos financeiros de entidades estrangeiras se, regularmente constituídos e sem pendências com a justiça eleitoral, obtiverem aprovação do correlato plano de investimentos junto ao Tribunal Superior Eleitoral.

(C) Qualquer partido político pode ingressar com mandado de segurança coletivo, independentemente de ter ou não representação no Congresso Nacional.

(D) Os partidos devem, obrigatoriamente, ter caráter nacional.

**15. Com relação ao Poder Executivo, marque a alternativa correta:**

(A) O Presidente da República será submetido a julgamento perante o Senado Federal nos crimes comuns.

(B) Ocorrendo a vacância dos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República nos últimos dois anos do período presidencial, a eleição para ambos os cargos será realizada trinta dias depois da última vacância, pela Câmara dos Deputados, na forma da lei.

(C) O Presidente da República não pode ser responsabilizado, na vigência de seu mandato, por atos pertinentes ao exercício de suas funções como Chefe do Poder Executivo.

(D) Segundo o STF, o processo de internalização e ratificação de tratado internacional termina com o decreto presidencial editado após o decreto legislativo que aprova o tratado.

**16. Sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), de acordo com a Constituição Federal e na linha do entendimento do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar:**

(A) Por possuírem poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, as CPIs poderão decretar indisponibilidade de bens dos investigados.

(B) Não se encontram constitucionalmente autorizadas a convocar ministro de Estado, tendo em vista que se trata de atribuição exclusiva do Congresso Nacional como um todo ou de uma de suas Casas Legislativas.

(C) Não viola a Constituição Federal a norma inserta em Constituição Estadual que condiciona a criação da CPI à deliberação pelo Plenário da Casa Legislativa.

(D) Segundo o STF, Comissões Parlamentares de Inquérito não podem determinar prisão preventiva.

**17. A Constituição da República, em seu Art. 2º, dispõe que “são Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário". Nesse contexto, é correto afirmar que:**

(A) O Poder Executivo centraliza as decisões políticas e administrativas dos demais poderes.

(B) Se, em certa ação judicial, o juízo competente impuser ao Poder Executivo determinada obrigação, sob pena de multa diária pelo seu descumprimento, tal imposição não ofenderá o princípio da separação dos poderes.

(C) O Poder Legislativo não pode exercer, em hipótese alguma, função jurisdicional, a qual cabe exclusivamente ao Poder Judiciário, em razão do sistema de freios e contrapesos.

(D) Sendo os poderes da República independentes e harmônicos entre si, as ações praticadas pelo Poder Executivo não se submetem ao crivo do Poder Legislativo, submetendo-se apenas excepcionalmente à apreciação do Poder Judiciário, no caso de os atos exorbitarem a competência constitucionalmente estabelecida.

**18. No tocante ao Poder Constituinte e aos limites ao poder de reforma, assinale a alternativa correta:**

(A) De acordo com a teoria clássica do Poder Constituinte, a Constituição é resultado do exercício de um poder originário, anterior e superior a ela, no qual ela se radica e do qual advêm toda a sua premência e liberdade jurídica.

(B) A matéria constante de proposta de emenda rejeitada somente poderá constituir objeto de nova apresentação, na mesma sessão legislativa, mediante proposta de dois terços dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.

(C) O poder constituinte derivado decorrente é o que permite a modificação da Constituição mediante um procedimento específico estabelecido pelo poder constituinte originário.

(D) O processo da mutação constitucional equivale formalmente ao exercício do Poder Constituinte derivado reformador.

**19. Sobre os Direitos Fundamentais previstos na Constituição da República, assinale a alternativa incorreta:**

(A) Ninguém poderá ser compelido a se associar nem a permanecer associado.

(B) Ainda que o sistema jurídico-constitucional pátrio consagre o direito à vida como direito fundamental, ele admite excepcionalmente a pena de morte.

(C) Para fins do direito à inviolabilidade domiciliar, o conceito de casa deve ser entendido em sentido estrito, ou seja, apenas como o local de habitação.

(D) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.

**20. Quanto às chamadas “ações constitucionais”, é correto afirmar que:**

(A) A ação popular, para ser proposta, pressupõe exclusivamente a prova da ilegalidade do ato e da condição de cidadão do autor.

(B) O *Habeas Data* somente é concedido para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.

(C) A impetração de Mandado de Segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados depende da autorização destes.

(D) O Mandado de Injunção será concedido sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

**Deontologia**

**21. O advogado Pedro Meira, regularmente inscrito na OAB/RJ, foi eleito em assembleia de acionistas e empossado Presidente do Banco Santander. Como fica a situação desse advogado junto à OAB/RJ e quanto ao exercício da Advocacia?**

(A) O advogado terá sua inscrição na OAB/RJ cancelada e, consequentemente não poderá mais exercer a advocacia;

(B) O advogado será licenciado pela OAB/RJ e, por consequência, não poderá exercer a advocacia durante o tempo em que for Presidente do Banco Santander;

(C) O advogado continuará inscrito na OAB/RJ e exercendo a advocacia, ficando, porém, impedido de advogar contra o banco;

(D) O advogado continuará inscrito na OAB-RJ e exercendo a advocacia normalmente, sem qualquer restrição, por se tratar de banco privado.

**22. Viola disposição expressa do Código de Ética e Disciplina da OAB o advogado que:**

(A) Renuncia ao mandato outorgado por um cliente, mesmo contra a vontade deste;

(B) Recusa-se a atuar numa causa cível, quando for imposição do cliente que o advogado trabalhe com outro advogado indicado pelo cliente;

(C) Publica anuncio em jornal de grande circulação, informando, além do nome e número de inscrição na OAB, ser ele integrante do Instituto de Estudos Criminais do Estado do Rio de Janeiro – Iecerj;

(D) Faz emitir uma nota promissória ao cliente para garantia do pagamento de seus honorários.

**23. Em razão de acidente de motocicletas provocado por Carlos da Silva, este pagou a João Rocha, em composição amigável, a quantia de R$ 10.000 (dez mil reais) pelos danos materiais causados na motocicleta de João Rocha, que deu quitação do que lhe era devido. Passados 5 (cinco) meses, João Rocha procurou o advogado Caio das Neves e este, mesmo tendo ciência daquele acordo, foi contratado por João Rocha e ingressou em juízo com uma Ação de Ressarcimento de Danos por acidente de veículos contra Carlos da Silva, pleiteando a indenização de R$ 10.000,00 (dez mil reais) pelos danos materiais causados no veículo de João Rocha. Marque a alternativa correta:**

(A) O advogado cometeu patrocínio simultâneo e fraude processual;

(B) O advogado praticou uma lide temerária;

(C) O advogado cometeu uma inépcia profissional;

(D) O advogado cometeu tergiversação.

**24. Marque a opção que indique em que casos uma pessoa que não é advogada pode ingressar em juízo pessoalmente, isto é, sem se fazer representar por um advogado?**

(A) Apenas na impetração de Habeas Corpus e no Juizado Especial Cível até 20 (vinte) salários mínimos; (B) Na impetração de Habeas Corpus, na Justiça do Trabalho (1ª Instância), no Juizado Especial Cível (até 20 salários mínimos) e no Mandado de Segurança;

(C) Na impetração de Habeas Corpus, no Juizado Especial Cível até 20(vinte) salários mínimos, na Justiça do Trabalho (1ª Instância) e no Juizado de Paz (embora este último não seja um órgão jurisdicional);

(D) Na impetração de Habeas Corpus, no Juizado Especial Cível até 20 (vinte) salários mínimos, na Justiça do Trabalho (1ª Instância), no Juizado de Paz e na Ação Popular.

**25. O advogado Gilson, que tem domicílio profissional na cidade do Rio de Janeiro e está inscrito apenas na OAB/RJ, irá atuar em defesa de um cliente em 5 ações penais propostas pelo Ministério Público na Comarca de Salvador/BA. Qual o procedimento a ser seguido pelo advogado?**

(A) Terá que fazer uma inscrição suplementar na OAB/BA;

(B) Terá que fazer a transferência de sua inscrição para a OAB/BA;

(D) Poderá patrocinar atuar naquela ação na Bahia, sem inscrição na OAB/BA, mas desde que comunique o patrocínio à OAB/BA e OAB/RJ;

(D) Poderá patrocinar atuar naquela causa na Bahia, sem inscrição e sem qualquer comunicação à OAB.

**26. Um advogado que está regularmente inscrito na OAB/RJ, passou a ser assessor de desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Como fica a situação desse advogado junto à OAB/RJ?**

(A) O advogado continuará inscrito na OAB/RJ e exercendo livremente a advocacia;

(B) O advogado continuará inscrito na OAB/RJ, ficando, entretanto, proibido de advogar apenas contra a Fazenda que o remunera;

(C) O advogado terá sua inscrição na OAB/RJ cancelada e, em razão disso, não poderá mais exercer a advocacia enquanto for assessor no Poder Judiciário;

(D) O advogado será licenciado da advocacia, não podendo advogar apenas durante o tempo em que exercer tal atividade.

**27. Carlos Nogueira, advogado do autor, quando fazia a sustentação oral numa Audiência de Instrução e Julgamento, na 5ª Vara Cível da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, injuriou e difamou advogado do réu. Sabendo-se que o advogado goza de imunidade profissional (art. 7º, § 2º, da Lei n° 8.906/94), pergunta se: o que pode acontecer com o advogado do autor?**

(A) Nada acontecerá ao advogado do autor em razão da imunidade profissional;

(B) Ser processado criminalmente pela injúria e difamação proferidas;

(C) Ser advertido pelo juiz da 5ª Vara Cível, nos termos do CPC;

(D) Ser apenas processado e punido pela OAB/RJ.

**28. Caso um advogado, que já foi punido com a sanção de censura pela OAB/RJ, deixe de pagar a OAB, depois de regularmente notificado pela OAB, e, mesmo assim, não efetuar o pagamento, nem fazer o parcelamento, qual a punição disciplinar poderá ser aplicada àquele advogado?**

(A) Censura;

(B) Suspensão pelo prazo de trinta dias a doze meses;

(C) Exclusão;

(D) Suspensão, pelo prazo mínimo de trinta dias, podendo se estender até que pague integralmente a OAB, cumulada com multa de uma a dez anuidades.

**29. Sobre órgãos da OAB, de acordo com o EAOAB, é correto afirmar:**

(A) Compete ao Conselho Seccional representar a advocacia brasileira em congressos e conferências internacionais.

(B) Todos os órgãos possuem personalidade jurídica, exceto as Caixas de Assistência dos Advogados.

(C) A Caixa de Assistência dos Advogados tem como base territorial a mesma dos Conselhos Seccionais, ou seja, Distrito Federal e territórios, apenas.

(D) O Conselho Seccional é composto pelos conselheiros seccionais em número proporcional ao número de advogados inscritos, bem como pelos ex-presidentes do Conselho Seccional.

**30. Constitui direito do advogado, nos termos do art. 7º do Estatuto da Advocacia da OAB e de acordo com o entendimento do STF:**

(A) visitar seu cliente que esteja preso em estabelecimento penitenciário, desde que tenha procuração;

(B) retirar autos de cartório por 10 dias, quando findo ou arquivado o processo.

(C) obter vista dos autos de um processo sob segredo de justiça, mesmo sem procuração;

(D) exercer a profissão em todo o território nacional, independentemente do número de causas em cada estado, sem que precise fazer inscrição suplementar.

**Direito e Processo Penal**

**31. Nos termos do art. 252 do CPP, o juiz não poderá exercer jurisdição no processo em que:**

(A) ele próprio ou seu cônjuge ou seu irmão for amigo íntimo de qualquer das partes.

(B) for parte entidade associativa ou de classe da qual faça ou tenha feito parte.

(C) seu amigo íntimo for credor ou devedor, tutor ou curador de qualquer das partes.

(D) tiver funcionado como juiz de outra instância, pronunciando-se, de fato ou de direito, sobre a questão.

**32. Nenhum acusado,\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, será processado ou julgado sem defensor.**

**Assinale a alternativa que preenche, adequada e completamente, a lacuna, nos termos do art. 261 do CPP:**

(A) com exceção do foragido

(B) com exceção do ausente ou foragido

(C) com exceção do ausente

(D) ainda que ausente ou foragido

**33. Nos termos do art. 351 do CPP, quando o réu estiver no território sujeito à jurisdição do juiz que houver ordenado a citação, esta se fará por:**

(A) mandado.

(B) meio eletrônico.

(C) qualquer meio que atinja a finalidade.

(D) carta com aviso de recebimento (AR) ou telegrama.

**34. Nos termos do quanto expressamente prescreve o art. 366 do CPP, se o acusado, citado por edital, não comparecer nem constituir advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo o juiz determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes. Nessa hipótese, presentes os requisitos atinentes à respectiva modalidade detentiva e com base unicamente no dispositivo de lei citado, está autorizado o juiz a decretar a prisão do acusado?**

(A) Sim, desde que o acusado já tenha sido anteriormente condenado por outro crime.

(B) Não, nunca.

(C) Sim, a prisão preventiva.

(D) Sim, a prisão temporária.

**35. No rito do procedimento comum ordinário, constata-se, imediatamente após o oferecimento da resposta escrita à acusação, que existe em favor do acusado manifesta causa de exclusão da ilicitude. Nesse caso, o art. 397 do CPP indica que se deve seguir a:**

(A) decretação da extinção da punibilidade do acusado.

(B) absolvição sumária do acusado.

(C) rejeição de denúncia.

(D) designação de audiência de instrução e julgamento.

**36. Recentemente um novo delito que lesa a fé pública foi incluído no Código Penal. Assinale a alternativa que traz o *nomen iuris* desse crime.**

(A) Emprego irregular de verbas ou rendas públicas.

(B) Fraudes em certame de interesse público.

(C) Falsa identidade.

(D) Inserção de dados falsos em sistemas de informações.

**37. “O fato deixa de ser punível se, antes da sentença, no processo em que ocorreu o ilícito, o agente se retrata ou declara a verdade”.**

**A previsão legal citada corresponde ao crime de:**

(A) coação no curso do processo.

(B) denunciação caluniosa.

(C) comunicação falsa de crime ou contravenção.

(D) falso testemunho ou falsa perícia.

**38. Em relação ao crime de peculato, é correto afirmar:**

(A) a modalidade culposa é admitida por expressa previsão legal.

(B) a reparação do dano, no peculato culposo, se feita após a sentença irrecorrível, extingue a punibilidade.

(C) a reparação do dano, no peculato culposo, se feita antes da sentença irrecorrível, reduz a pena.

(D) trata-se de um delito que pode ser praticado por qualquer pessoa.

**39. O crime de “petrechos de falsificação” (CP, art. 294), por expressa disposição do art. 295 do CP, tem a pena aumentada de sexta parte se o agente:**

(A) é funcionário público.

(B) é funcionário público, e comete o crime, prevalecendo-se do cargo.

(C) tem intuito de lucro.

(D) confecciona documento falso hábil a enganar o homem médio.

**40. O crime de falsificação de documento público, do art. 297 do CP,**

**I. Configura-se apenas se a falsificação é total, ou seja, a mera alteração de documento público verdadeiro não constitui crime.**

**II. Também se configura se o documento trata-­se de testamento particular.**

**III. Também se configura se o documento trata-­se de livro mercantil.**

**É correto, apenas, o que se afirma em:**

(A) III.

(B) II e III.

(C) II.

(D) I e II.

**Empresarial**

**41. A respeito da teoria da desconsideração da personalidade jurídica, analise as afirmativas a seguir:**

**I. A disregard doctrine começou a viger no Código de Defesa do Consumidor e estabelece a existência distinta da pessoa jurídica e seus sócios.**

**II. A teoria da desconsideração da personalidade jurídica não pode ser invocada pelo credor de sociedades em comum.**

**III. A desconsideração da personalidade jurídica pode ser aplicada de ofício pelo juiz, comprovado o desvio de finalidade praticado pelo administrador da sociedade.**

**IV. A teoria da desconsideração não se confunde com a teoria do ato ultra vires.**

**Assinale:**

(A) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.

(B) se somente as afirmativas I e IV estiverem corretas.

(C) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

(D) se somente as afirmativas II e IV estiverem corretas.

**42. Sobre os direitos dos acionistas, é correto afirmar que:**

(A) o direito de voto é garantido a todo acionista, independente da espécie ou classe de ações de que seja titular.

(B) os acionistas deverão receber dividendos obrigatórios em todos os exercícios sociais.

(C) o acionista terá direito de se retirar da companhia caso cláusula compromissória venha a ser introduzida no estatuto social.

(D) o acionista tem o direito de fiscalizar as atividades sociais e sendo titular de mais de 5% do capital poderá requerer judicialmente a exibição dos livros da companhia, caso haja suspeita de irregularidades dos administradores.

**43. José decidiu constituir uma Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI) para atuar no município “X” e consultou um advogado para obter esclarecimentos sobre a administração da EIRELI.**

**Assinale a alternativa que apresenta a informação correta dada pelo advogado.**

(A) A designação de administrador não sócio depende do voto favorável de 2/3 (dois terços) do capital social, se este não estiver integralizado.

(B) A administração atribuída pelo contrato a qualquer dos sócios da EIRELI não se estende de pleno direito aos que posteriormente adquirirem essa qualidade.

(C) O administrador da EIRELI, seja o próprio instituidor ou terceiro, responde por culpa no desempenho de suas atribuições perante terceiros prejudicados.

(D) O titular da EIRELI poderá usar a firma ou denominação, sendo vedado seu uso pelo terceiro, ainda que seja designado administrador.

**44. A respeito das diferenças entre a assembleia geral ordinária e a assembleia geral extraordinária de uma sociedade anônima, é correto afirmar que:**

(A) a assembleia geral extraordinária poderá ser realizada a qualquer momento, sendo que a assembleia geral ordinária deverá ser realizada nos 5 (cinco) primeiros meses seguintes ao término do exercício social.

(B) é competência privativa da assembleia geral ordinária deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos.

(C) a assembleia geral extraordinária não tem competência para deliberar sobre reforma do estatuto social.

(D) a assembleia geral ordinária jamais terá competência para eleger os administradores da companhia.

**45. Assinale a correta:**

(A) Fusão é operação na qual a sociedade passa independentemente de dissolução e liquidação do seu ativo, de um tipo societário para outro.

(B) A sociedade anônima é sempre empresária, mesmo que seu objeto seja atividade econômica civil, tanto que uma companhia constituída só por dentistas para a prestação de serviços de odontologia pelos próprios acionistas, embora tenha por objeto uma atividade não empresarial, está sujeita ao regime jurídico empresarial.

(C) As operações de fusão e incorporação entre sociedades limitadas exigem a deliberação, pela maioria do capital do social no caso da primeira e três quarto no caso da segunda.

(D) Na fusão uma ou mais sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações.

**Direito e Processo Civil**

**46. Em razão de grave doença, Cleiton está prestes a perder os dois rins. Por esta razão, ele e seu pai, Bento, são submetidos a exames clínicos cuja conclusão é a de que pai e filho são compatíveis, e Cleiton somente sobreviverá se Bento lhe doar um rim. Bento:**

(A) deve doar um rim ao filho, independentemente de sua vontade e mesmo que o ato implique risco de vida, por se tratar de imposição decorrente do poder familiar.

(B) pode doar um rim ao filho, se esta for sua vontade e desde que tenham sido atendidos os requisitos de lei especial.

(C) não pode doar um rim ao filho, nem que esta seja a sua vontade, por ser ato que implica ofensa à integridade física.

(D) deve doar um rim ao filho, independentemente de sua vontade e mesmo que o ato implique risco de vida, por se tratar de imposição moral.

**47. A fim de justificar o alto preço de imóvel, Pedro afirma a Rafael que o terreno possui linda vista para o mar. Convencido por tal argumento, Rafael compra o imóvel, pagando o preço pedido por Pedro. Cerca de ano e meio depois, embora sem o objetivo de prejudicar Rafael, e não obstante não tivesse tal intenção quando realizou a venda, Pedro adquire o terreno da frente e edifica prédio que retira de Rafael a vista para o mar. Pedro cometeu ato:**

(A) lícito, pois está amparado pelo direito de propriedade.

(B) lícito, pois não teve o objetivo de prejudicar Rafael.

(C) ilícito, pois, ao quebrar a expectativa que havia incutido em Rafael, ofendeu os limites impostos pela boa-fé objetiva.

(D) ilícito, pois a lei proíbe que o vendedor construa nas proximidades do imóvel alienado pelo prazo de 5 anos.

**48. Após pagar um terço de empréstimo garantido por hipoteca de seu imóvel, Ricardo procura aliená-lo a Maisa, mas ao notificar o credor hipotecário, o banco, este não consente com a venda, alegando haver no contrato cláusula que a proíbe expressamente. O posicionamento do banco credor é:**

(A) juridicamente equivocado, por ser anulável o contrato, dada a abusividade da cláusula proibitiva de alienação.

(B) juridicamente equivocado, pois, embora não se possa alienar a coisa antes de pago um determinado montante, a partir de um terço do pagamento do empréstimo já é possível vender o imóvel dado em garantia hipotecária.

(C) juridicamente equivocado, já que a lei civil prevê ser nula a cláusula que proíbe ao proprietário alienar imóvel hipotecado.

(D) válido juridicamente, pois a alienação do imóvel só é possível pelo tomador do empréstimo após o pagamento de dois terços da dívida.

**49. Assinale a alternativa correta acerca do Direito de Família.**

(A) A legislação civil, além de definir o que é guarda compartilhada e guarda unilateral, dá preferência a esta última, que será aplicada pelo juiz, em favor da mãe, quando não houver acordo entre os pais quanto à guarda do filho.

(B) O dever de prestar alimentos é recíproco entre pais e filhos, e extensivo a todos os ascendentes, com preferência aos mais próximos em grau. Na falta destes, a obrigação cabe aos descendentes, guardada a ordem de sucessão, não havendo previsão legal para a imposição desta obrigação aos colaterais, em qualquer grau.

(C) O Código Civil de 2002 afastou a imutabilidade absoluta do regime de bens, permitindo-se a sua alteração mediante autorização judicial, em pedido motivado, por iniciativa de um ou de ambos os cônjuges.

(D) Após a inovação introduzida pela Emenda Constitucional nº 66/2010, não mais subsiste qualquer causa, justificativa ou prazo para o divórcio, que pode ser, a qualquer tempo, pedido judicialmente ou celebrado consensual e extrajudicialmente mediante escritura pública, nos termos legais, sendo imprescindível a assistência de advogado ou Defensor Público.

**50. Alfredo possui residências no Rio de Janeiro (RJ), onde vive oito meses por ano em razão de suas atividades profissionais, bem como em São Paulo (SP), e em Belo Horizonte (MG). São seus domicílios:**

(A) qualquer uma dessas residências: Rio de Janeiro, São Paulo ou Belo Horizonte.

(B) apenas a residência em que Alfredo se encontrar no momento, excluídas as demais no período correspondente.

(C) apenas Rio de Janeiro, por passar a maior parte do ano nessa cidade.

(D) apenas a residência que Alfredo escolher, expressamente, comunicando formalmente as pessoas com quem se relacione.

**51. Domiciliado em Niterói, Eduardo colide seu carro em Petrópolis. O veículo contra o qual colidiu pertence ao Gustavo, domiciliado em Araruama. Como as partes não permanecem sem qualquer acordo, Eduardo quer propor ação reparatória pelos danos, devendo fazê-lo em:**

(A) Araruama, apenas, por ser o domicílio da ré.

(B) Niterói, somente, por ser o domicílio do autor.

(C) Petrópolis, apenas, por ser o local em que ocorrido o fato.

(D) Niterói ou em Petrópolis; domicílio do autor ou do local do fato.

**52. Sobre a sentença e a coisa julgada, de acordo com o Código de Processo Civil, considere:**

**I. A sentença deve ser certa, ainda quando decida relação jurídica condicional.**

**II. Se, depois da propositura da ação, algum fato constitutivo ou extintivo do direito influir no julgamento da lide, caberá ao juiz tomá-lo em consideração no momento de proferir a sentença, mas não poderá considerar se o fato for modificativo do direito, diante da preclusão consumativa.**

**III. Publicada a sentença, o juiz só poderá alterá-la por meio de embargos de declaração.**

**IV. Faz coisa julgada a resolução da questão prejudicial, se a parte o requerer, o juiz for competente em razão da matéria e constituir pressuposto necessário para o julgamento da lide.**

**V. A sentença que condenar a parte no pagamento de uma prestação, consistente em dinheiro ou em coisa, valerá como título constitutivo de hipoteca judiciária.**

**Está correto, APENAS:**

(A) I, II e III.

(B) I, IV e V.

(C) I, III e IV.

(D) II, IV e V.

**53. Sobre os recursos e a ação rescisória,**

(A) é incabível ação rescisória para rescindir sentença meramente homologatória.

(B) havendo solidariedade passiva, o recurso interposto por um devedor aproveitará aos outros, ainda que as defesas opostas ao credor não lhes sejam comuns.

(C) o recorrente poderá, a qualquer tempo, desistir do recurso, desde que haja consentimento do recorrido ou dos litisconsortes.

(D) ação rescisória fundada em prova falsa depende de prévia ação criminal que apure e comprove a falsidade.

**54. Acerca dos poderes, dos deveres, dos atos e da responsabilidade do juiz,**

(A) os atos recorríveis do juiz consistirão em sentenças, decisões interlocutórias e despachos, sendo a decisão interlocutória o ato pelo qual resolve questão incidente no curso do processo.

(B) responderá por perdas e danos o juiz quando, no exercício de suas funções, agir com culpa, prejudicando a rápida solução do litígio.

(C) compete ao juiz tentar, a qualquer tempo, conciliar as partes, podendo constar de eventual transação, ponto não suscitado pela petição inicial.

(D) deverá decidir a lide nos limites em que foi proposta, sendo-lhe defeso conhecer de questões não suscitadas pelas partes, em razão do que está impedido de pronunciar a prescrição quando não arguida pela parte em sua contestação.

**55. Segundo o Código de Processo Civil, verificando o juiz a irregularidade da representação da parte, deverá fixar prazo:**

(A) razoável para ser sanado o defeito e, caso não atendido, declarará o réu revel, se a providência a este couber.

(B) de dez dias para ser sanado o defeito e, caso não seja atendido, extinguirá o processo com resolução do mérito, se a providência couber ao autor.

(C) de dez dias para ser sanado o defeito e, caso não seja atendido, excluirá o assistente do processo, se a providência a este couber.

(D) razoável para ser sanado o defeito e, caso não seja atendido, declarará a nulidade do processo, se a providência couber ao réu.

**Direito e Processo do Trabalho**

**56. Considere as proposições abaixo:**

**I. As instituições beneficentes, para os efeitos da relação de emprego, são equiparadas ao empregador quando admitirem trabalhadores como empregados.**

**II. Não há solidariedade pelas obrigações trabalhistas entre as empresas de um grupo econômico quando cada qual possui personalidade jurídica distinta.**

**III. Embora o empregado doméstico não desempenhe atividade econômica, diversos direitos atribuídos aos trabalhadores urbanos são garantidos aos trabalhadores domésticos, como, por exemplo, férias, 13º salário, aviso-prévio.**

**IV. O trabalho temporário difere da relação de emprego por ser exercido sem subordinação e sem onerosidade.**

**V. O constituinte assegurou aos empregados rurais os mesmos direitos dos empregados urbanos.**

**Está correto, apenas:**

(A) I, II, III e IV.

(B) I, III e V.

(C) II, III e IV.

(D) III, IV e V.

**57. Em relação ao prazo de prescrição trabalhista, assinale a alternativa ERRADA:**

(A) Ajuizada a ação 2 anos e 1 dia após a extinção do contrato de emprego, a prescrição é total em relação a todos os direitos do trabalhador.

(B) Ajuizada a ação na vigência do contrato de trabalho, incide apenas a prescrição parcial, podendo ser reclamados direitos dos últimos 5 anos contados retroativamente da data do ajuizamento da ação.

(C) Em relação ao trabalhador rural, a prescrição é de 2 anos contados da extinção do contrato de trabalho, não correndo a prescrição na vigência do contrato.

(D) Aos trabalhadores avulsos aplica-se o prazo prescricional de 5 anos, até o limite de 2 anos após a extinção do contrato de trabalho.

**58. No tocante às FONTES do Direito do Trabalho:**

**I. As fontes formais traduzem a exteriorização dos fatos por meio da regra jurídica.**

**II. São fontes formais do Direito do Trabalho as portarias ministeriais e a Constituição Federal brasileira.**

**III. A sentença normativa e as leis são fontes materiais autônomas.**

**Está correto, apenas:**

(A) I e II.

(B) I e III.

(C) II e III.

(D) III.

**59. Daniela é empregada da empresa NEVER exercendo o cargo de vendedora externa de produtos, visitando todos os dias diversos clientes, em suas residências, escritórios e consultórios. Para o desempenho de suas atividades utiliza um veículo fornecido pelo empregador. Considerando que Daniela, além de utilizar o veículo para a realização de seu trabalho também o faz em atividades particulares, neste caso, o veículo fornecido:**

(A) possui natureza salarial, incorporando-se na sua remuneração para todos os efeitos.

(B) não tem natureza salarial.

(C) somente não terá natureza salarial se a empresa fornecer o combustível como ajuda de custo.

(D) somente terá natureza salarial se utilizado com habitualidade e exclusivamente pela empregada

**60. Em relação às hipóteses de rescisão do contrato de trabalho por prazo indeterminado, examine as afirmativas abaixo:**

**I. O pedido de demissão caracteriza-se como ato de iniciativa do empregado, praticado com a intenção de extinguir o contrato.**

**II. Havendo culpa recíproca no ato que determinou a rescisão do contrato, será devida a mesma indenização que seria devida em caso de culpa exclusiva do empregador.**

**III. No caso de prática de falta grave pelo empregador, poderá o empregado pleitear a rescisão do seu contrato e o pagamento das respectivas indenizações, sendo-lhe facultado, em qualquer hipótese, permanecer ou não no serviço até final da decisão do processo.**

**IV. A morte do empregador pessoa física leva à extinção do contrato de trabalho, salvo se o empregado, por ocasião do falecimento do empregador, tiver mais de dez anos de serviço para o mesmo.**

**Está INCORRETO, apenas:**

(A) II e III.

(B) III e IV.

(C) I, II e IV.

(D) II, III e IV.

**61. Quanto ao procedimento sumaríssimo trabalhista, dispõe o artigo 852-D da CLT que: O juiz dirigirá o processo com liberdade para determinar as provas a serem produzidas, considerado o ônus probatório de cada litigante, podendo limitar ou excluir as que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias, bem como para apreciá-las e dar especial valor às regras de experiência comum ou técnica.**

**Neste caso, está presente o Princípio:**

(A) Dispositivo.

(B) Inquisitivo.

(C) da Imediatidade.

(D) da Identidade física do juiz.

**62. Considere as seguintes assertivas a respeito da praça, do leilão e da arrematação no processo do trabalho:**

**I. Concluída a avaliação, seguir-se-á a arrematação, que será anunciada por edital afixado na sede do juízo ou tribunal e publicado no jornal local, se houver, com a antecedência de quinze dias.**

**II. O sinal para garantir o lance é de 50% do valor ofertado.**

**III. O arrematante terá cinco dias para pagar o preço da arrematação, prazo este contado do dia da praça.**

**IV. Se o arrematante, ou seu fiador, não pagar no prazo legal o preço da arrematação, perderá, em benefício da execução, o sinal que foi dado, voltando à praça os bens executados.**

**De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho está correto, APENAS:**

(A) I e IV.

(B) I e III.

(C) II e IV.

(D) IV.

**63. De acordo com o sistema constitucional vigente, compete à Justiça do Trabalho processar e julgar:**

**I. As ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores e entre sindicatos e empregadores.**

**II. A ação em que todos os membros da magistratura sejam direta ou indiretamente interessados, e aquela em que mais da metade dos membros do tribunal de origem estejam impedidos ou sejam direta ou indiretamente interessados.**

**III. Os conflitos e atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias da União, ou entre autoridades judiciárias de um Estado e administrativas de outro ou do Distrito Federal, ou entre as deste e da União.**

**IV. As ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho.**

**Está correto:**

(A) I, apenas.

(B) I e III, apenas.

(C) I e IV, apenas.

(D) II e IV, apenas.

**64. De acordo com Consolidação das Leis do Trabalho, os atos, os termos e os prazos processuais, podemos afirmar que:**

(A) prazos que se vencerem em sábado, domingo ou dia feriado, terminarão no primeiro dia útil seguinte.

(B) atos processuais realizar-se-ão nos dias úteis das 6 às 18 horas.

(C) atos processuais serão sempre públicos porque todos os cidadãos têm livre acesso ao Poder Judiciário.

(D) documentos juntados aos autos poderão ser desentranhados somente depois de 5 anos do trânsito em julgado da sentença.

**65. Na audiência trabalhista, una e contínua, o reclamante não comparece, com fundamento em internação hospitalar, provado documentalmente, fazendo-se representar por outro empregado da mesma profissão que conhece os fatos afirmados na petição inicial e o advogado. Também não comparece o representante legal da empresa, sob alegação que o trânsito não permitiu, estando presente apenas seu advogado munido de procuração e contestação com documentos. Diante do exposto, o juiz:**

(A) decretará a revelia da reclamada, com aplicação da pena de confissão quanto à matéria de fato, redesignando nova data de audiência para o depoimento pessoal das partes.

(B) determinará o arquivamento do feito, uma vez que o representante do autor não possui poderes para prestar depoimento pessoal, nem celebrar acordos em seu nome.

(C) redesignará nova data, ilidindo o arquivamento, tendo em vista a representação do reclamante por outro empregado da mesma profissão.

(D) receberá a defesa apresentada pelo advogado da empresa e ouvirá o depoimento pessoal do representante do reclamante e suas testemunhas.

**Direito Tributário**

**66. Tendo como base o Código Tributário Nacional, analise as afirmativas a seguir:**

**I. Salvo disposição de lei em contrário, a isenção é extensiva aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão.**

**II. A isenção, quando concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho da autoridade administrativa, em requerimento com o qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei ou contrato para concessão.**

**III. A anistia não é uma forma de exclusão do crédito tributário e não se aplica, salvo disposição em contrário, às infrações resultantes de conluio entre duas ou mais pessoas naturais ou jurídicas.**

**Assinale:**

(A) se nenhuma afirmativa for verdadeira.

(B) se somente as afirmativas I e II forem verdadeiras.

(C) se somente as afirmativas I e III forem verdadeiras.

(D) se todas as afirmativas forem falsas.

**67. Com base na jurisprudência sumulada pelo STF e pelo STJ, assinale a afirmativa correta.**

(A) É defeso ao Município atualizar o IPTU, mediante Decreto, em percentual superior ao índice oficial de correção monetária.

(B) O mandado de segurança não constitui ação adequada para a declaração do direito à compensação tributária.

(C) Os juros moratórios, na repetição de indébito tributário, são devidos a partir do pagamento indevido.

(D) Norma legal que altera prazo de recolhimento de obrigação tributária se sujeita ao princípio da anterioridade tributária.

**68. Com base nos Princípios Constitucionais Tributários, analise as afirmativas a seguir:**

**I. A vedação que impede a União, os Estados, o DF e os Municípios de exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça consagra o princípio da legalidade tributária.**

**II. O princípio da anterioridade tributária veda a cobrança de tributo no mesmo exercício financeiro em que tenha sido publicada a lei que o instituiu ou majorou.**

**III. O princípio da uniformidade geográfica admite excepcionalmente que sejam concedidos incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões do país.**

**Assinale:**

(A) se nenhuma afirmativa estiver correta.

(B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.

(C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.

(D) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**69. De acordo com o Código Tributário Nacional, a pessoa jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional, e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, responderá pelos tributos, relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até a data do ato, de forma:**

(A) integral se o alienante cessar a exploração do comércio, indústria ou atividade.

(B) integral, se este prosseguir na exploração ou iniciar, dentro de seis meses a contar da data da alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão.

(C) subsidiária com o alienante, se este prosseguir na exploração ou iniciar, após seis meses a contar da data da alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão.

(D) subsidiária com o alienante, independentemente se este prosseguir ou na exploração ou iniciar, dentro de seis meses a contar da data da alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão.

**70. Em relação às preferências do crédito tributário previstas no CTN, assinale a afirmativa incorreta.**

(A) São extraconcursais os créditos tributários decorrentes de fatos geradores ocorridos no curso do processo de falência.

(B) Na falência, o crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for a natureza ou o tempo da constituição deste, ressalvados os créditos decorrentes de acidente de trabalho ou da legislação do trabalho, independentemente do seu valor.

(C) A cobrança judicial do crédito tributário não está sujeita a concurso de credores ou habilitação em falência, recuperação judicial, inventário ou arrolamento.

(D) São pagos preferencialmente a quaisquer créditos habilitados em inventário ou arrolamento, ou a outros encargos do monte, os créditos tributários vencidos ou vincendos a cargo do de cujus ou de seu espólio, exigíveis no decurso do processo de inventário ou arrolamento.

**BOA PROVA!**

**TENHA ATENÇÃO NO PREENCHIMENTO DO CARTÃO-RESPOSTA.**

**CARTÃO RESPOSTA PROVA**

**NOME COMPLETO\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

***(FAVOR PREENCHER COM LETRA DE FORMA)***

**MATRÍCULA\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ TURMA \_\_\_\_\_\_\_\_\_ DATA \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| QUESTÃO/RESPOSTA | QUESTÃO/RESPOSTA | QUESTÃO/RESPOSTA |
| **01** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **26** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **51** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **02** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **27** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **52** A ( )B ( ) C ( ) D ( ) |
| **03** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **28** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **53** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **04** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **29** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **54** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **05** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **30** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **55** A ( ) B () C ( ) D ( ) |
| **06** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **31** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **56** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **07** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **32** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **57** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **08** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **33** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **58** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **09** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **34** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **59** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **10** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **35** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **60** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **11** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **36** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **61** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **12** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **37** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **62** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **13** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **38** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **63** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **14** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **39** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **64** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **15** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **40** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **65** A ( ) B () C ( ) D ( ) |
| **16** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **41** A () B ( ) C () D ( ) | **66** A ( ) B () C ( ) D ( ) |
| **17** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **42** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **67** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **18** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **43** A ( ) B () C ( ) D () | **68** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **19** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **44** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **69** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **20** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **45** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **70** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **21** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **46** A ( ) B ( ) C ( ) D () |  |
| **22** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **47** A ( ) B ( ) C () D ( ) |  |
| **23** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **48** A ( ) B ( ) C ( ) D () |  |
| **24** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **49** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) |  |
| **25** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **50** A ( ) B ( ) C ( ) D () |  |